

FERNÃO MENDES PINTO, UM PEREGRINO NA SALA DE AULA: CURRÍCULO E ENSINO DE HISTÓRIA NA PEREGRINAÇÃO

Luís César Schiavetto ¹

RESUMO

Resultado de dissertação apresentada para obtenção de título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas – Unifal/MG, 2014/16, sob orientação do professor Dr. Carlos Tadeu Siepierski, a pesquisa teve o objetivo de averiguar o potencial temático da Peregrinação, de Fernão Mendes Pinto, para o ensino de História na educação básica do Brasil. Dada a invisibilidade dessa fonte bibliográfica nos livros didáticos de História, pretendeu-se introduzir para professores e alunos as excursões e os relatos do viajante português durante o chamado ciclo das grandes navegações. Dois eixos temáticos ofereceram possibilidades de “entradas didático-pedagógicas” ao professor/a que, de forma eventual, opte por “trabalhar” o livro em suas aulas: 1 - a abertura portuguesa para a Ásia nas descrições do cronista; 2 - as convenções em torno das origens da “primeira globalização”, entre os séculos 15 e 16, captadas nos relatos da Peregrinação - fonte primária a partir da qual fez-se a revisão metodológica da literatura concernente ao tema. Dado o seu caráter multidisciplinar, a expectativa foi a de que os escritos do peregrino auxiliem uma melhor compreensão dos sentidos das navegações portuguesas para além do que tradicionalmente se vê no conteúdo de História do Brasil.

Palavras-chave: Fernão Mendes Pinto, Narrativa de viagem, Currículo, Ensino de História.

INTRODUÇÃO

Uma vez que a dissertação Fernão Mendes Pinto, um Peregrino na Sala de Aula – o século 16 no Oriente *extremo* da Peregrinação, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas – Unifal/ MG, teve o objetivo de apresentar o cronista e sua obra como fonte profícua para o estudo de História, buscou-se, ao mesmo tempo, somar-se a um esforço que já há algum tempo se tem feito no Brasil. Trata-se de se inferir às formas pelas quais ministramos conteúdos no ensino básico. Desse modo, o que “entregamos” é uma discussão que importa ser feita. E ela ocorre nas formas do discutir conceitos e eixos temáticos que reposicionem conteúdos tidos como “molas mestras” das diversas disciplinas escolares. Mas isso é uma coisa experimentada por todas as áreas, cada qual ao seu modo e tempo ajustando os ossos, a carne e a pele num corpo

¹ Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas, Alfenas/ MG, professor de História e de Ética e Cidadania da Rede Municipal de Ensino de Poços de Caldas/ MG, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociedade e Cultura Contemporâneas. schiavetto.lc@gmail.com.

sempre em transformação. O próprio governo federal sensibilizou-se e deu mostras de tal movimento quando por meio da Secretaria de Educação Fundamental projetou uma cartilha com clara pretensão à prática. Subsequentes aos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCNs em Ação (1999) surgiram com o intuito de auxiliar os docentes na execução dos temas transversais pensados para todas as cadeiras. Lembremos que, com o advento dos PCNs (LDBEN 9394/96) e suas aplicabilidades na organização didático-pedagógica do ensino fundamental, surgiram diversas dúvidas sobre a organização do processo de ensino referente ao documento. Assim, os PCNs em Ação, publicado pelo MEC, teve o objetivo de auxiliar os profissionais da educação básica na aplicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Isto dito, a Peregrinação, de Fernão Mendes Pinto, pode ser peça de destaque, uma vez que seus temas e conteúdos convidam para um ensino de História que dialogue com diversas áreas do conhecimento, em especial a Geografia, Literatura, Ensino Religioso, Antropologia, entre outros. A abrangência e complexidade temática da obra permite, por exemplo, um ensino transdisciplinar que, a propósito, é um dos eixos principais ditados pelos PCNs. Com esse propósito, perguntou-se: como empregar as narrativas e temas da Peregrinação no ensino básico de História e daí relacioná-los às demais áreas do conhecimento? Que concepções de mundo podem ser ali apreendidas e que dizem respeito a um modo de representação civilizacional e/ou ocidental questionada na obra? Como aqueles conteúdos questionam poderes historicamente constituídos, cujos reflexos se fazem sentir nos modos de se estruturar o contemporâneo, em campos que perpassam a política, a religião e ecoam em discussões mais atuais relacionadas à identidade étnica, diversidade cultural e direitos humanos? As indagações se justificam ainda mais quando se constata que apenas recentemente (mais de quatrocentos anos de espera) o relato de Fernão Mendes Pinto passou a circular entre nós. Desde 2005 o livro está disponível no mercado editorial local – e em “português do Brasil”, diga-se de passagem. Então, é chegada a hora de experimentá-lo em nossas aulas, e como opção de leitura para interessados em geral. A expectativa foi também a de que projetos de pesquisa como este apontem a Peregrinação como fonte diferenciada para o estudo do pensamento do homem renascentista e suas permanências no contemporâneo – forma de “iluminar” aquela obra para questões presentes no mundo atual. Em suma, a obra é um extenso e complexo relato produzido por um viajante ibérico sobre as terras e os homens do Oriente - século 16. E, em se tratando das fontes primárias utilizadas em nosso país, ela abre parênteses frente aos cronistas tradicionalmente utilizados para se pensar o período, como Gabriel Soares de Sousa, Hans Staden, Jean de Léry, André Thévet, entre outros. Nesse

ponto, compete (e justifica-se) inserir o autor como referência frequente no estudo da expansão ultramarina portuguesa no âmbito do currículo de História e, numa clara proposição interdisciplinar, alongá-lo às demais áreas do conhecimento presentes nos ciclos do ensino fundamental II e médio.

METODOLOGIA

O ponto de partida metodológico se deu na própria Peregrinação. Ela foi investigada por meio da abertura portuguesa para a Ásia e suas correlações com a expansão marítima em geral. Em primeiro plano, revisão bibliográfica da história das “grandes navegações” contextualizou e evidenciou o período em foco para apresentação mais pertinente do livro (ALENCASTRO, 1998; BARRETO, 1998; BORNHEIM, 1998; GIUCCI, 1999; LESTRINGANT, 2009; LIMA, 1998; ZIEBELL, 2002). Ao se investigar o fenômeno inicial da globalização, retomou-se, por exemplo, textos como o de Serge Gruzinski e seu 1480-1520: A Passagem do Século (1999), notadamente preocupado em inserir àquela época problematizações deste tempo. Esse ponto auxiliou também a escrita da segunda parte da dissertação que se concentrou no apontamento, a partir da Peregrinação, de “entradas temáticas” que sirvam aos professores como orientações didáticas às aulas de História.

Uma vez que se pretenda abordar Brasil Colônia, não será desinteressante fazer uso de passagens ou enxertos do livro. Aliás, incluir Mendes Pinto nas aulas diz mais do que apenas ilustrá-las com uma personagem incomum, pouco ou nada conhecida mesmo entre nós professores/as. Até certo ponto, significa reafirmar que “existe vida” para além de Brasil Colônia. Dessa forma, a Portugal das grandes navegações tem, sim, “vida própria”. Não estava “navegando à deriva”; menos ainda esperando uma nova terra “cair de paraquedas”. Contudo, apesar de um ou outro avanço, basta abrir livros didáticos (também fontes consultadas na pesquisa) para perceber Portugal quase totalmente em função do Brasil. E não é a Península Ibérica um ponto de estudo a amargar um hiato que parece não ter fim? Grosso modo, claro que aqui se ensina História do Brasil. Isto até certo ponto explica Portugal coadjuvante deste processo. Mas como coadjuvante se Portugal é Brasil mesmo antes deste existir? Inclusive na língua, admitamos. Portanto, se a gênese daquilo que chamamos povo brasileiro tem raízes na Ibéria, muitas destas também se encontram na Ásia. Então, ato contínuo, falou-se de Portugal, Brasil e Ásia.

Deste modo, pegamos carona com o peregrino e nos aproximamos desta história, tendo como gatilho bibliográfico a obra *Peregrinação*. E com Mendes Pinto vimos o quanto o Oriente está para além de seus litorais, mercados e especiarias. Igualmente, percorrer com Fernão Mendes Pinto as paragens asiáticas significou ajustar velas em direção a um mundo cujos conteúdos estão em constante transformação para, a partir daí, “alterar a compreensão de que a disciplina História não é um fim em si mesmo, mas um meio para chegar a outros objetivos [...] tratando de temas e questões que ultrapassam o conteúdo programático” (FREITAS NETO, 2004, p. 66).

DESENVOLVIMENTO

Ao longo dos seus quatrocentos anos de vida, a trajetória editorial da *Peregrinação* dá mostras de um tipo de conteúdo que, a despeito de ser reconhecido como o fundador da língua portuguesa moderna e de ser a primeira obra europeia a traçar um amplo cenário geográfico e civilizacional da Ásia (BARRETO, 1998), experimentou, e ainda parece experimentar, resistências daqueles que no Ocidente pronunciam universalismos (conteúdos) tidos como válidos (SILVA, 2000). No caso de Fernão Mendes Pinto e de seu único livro, são seus algozes, à época, o estado de El-Rei e a Igreja e, mais recentemente, a República e seus interregnos ditatoriais, quase sempre respaldados pela Igreja. Lembremos que ainda em vida o peregrino temia vê-la, a *Peregrinação*, amputada nas partes ou, simplesmente, negada à publicação. E não chamam a atenção Catz (1981) e Lima (1998) para a ingerência dos jesuítas nas sintaxes e nos sentidos expressos da *Peregrinação* em passagens que, de forma expressa, comprometia as intenções da Igreja e da Coroa em terras asiáticas?

Mesmo antes de vê-la publicada, com ou sem cortes, muitos foram os infortúnios sofridos pelo peregrino. Em vida, teve dividendos negados pelo El-Rei quase até a morte e, depois desta, crê-se, teve o texto retalhado em seus sentidos originais. Mas aqueles deviam ser tão contundentes que mesmo tendo as letras violentadas ainda permanece obra incômoda. E, à luz da empresa portuguesa na Ásia, os motivos pelos quais a *Peregrinação* é tida como obra polêmica é coisa que foi vista desde a primeira parte do nosso trabalho de pesquisa. Isso dito, trata-se aqui de abstrair uma inflexão do tema central para pensar como tipos de conteúdos e/ou conhecimentos podem encontrar dificuldades de circulação e/ou publicização. Ao fim, neste artigo, a discussão é a respeito dos porquês de se empregar certos conteúdos em

detrimento de outros – e aqui, como vista de fundo, pensemos naqueles que circulam ou deixam de circular nos ambientes escolares.

Assim, refletiu-se o porquê da ausência da Peregrinação nos componentes curriculares locais. E ela, a reflexão, se dá por meio de autores que atuam no campo das pesquisas em Educação, no espectro que se convencionou identificar como “teorias do currículo”. Ato contínuo, como desenhar um caminho que dê conta de tão longa ausência do livro no Brasil? E não será culpa de nossos irmãos portugueses atrasarem em quatro séculos a chegada do peregrino no mercado livreiro local? Terão eles, justamente eles, cometido um legítimo “erro de português” com um dos mais ilustres filhos da terra?

Ora, a exemplo de outros tantos construtos literários, a Peregrinação deve sua existência ao trânsito e ao protagonismo de uma personagem *real* por terras pouco ou nada conhecidas: os rincões do continente asiático. Ao seu tempo, o modo como atravessou aquelas paragens permitiu à personagem um registro singular das experiências empreendidas. Tal excepcionalidade posicionou e ainda parece posicionar o autor e sua obra como *personae non gratae* em tempos e contextos diversos.

As situações de poder que silenciaram a Peregrinação na Península Ibérica e, supostamente, dificultaram a publicação em outros países têm a ver com proposições observadas por pesquisadores como Rebecca Catz (1981) que posicionam o livro como um ensaio multifacetado da decadência lusitana ao final do século 16. Ainda segundo a autora, tal aspecto pesou e ainda pesa sobre a história de Portugal, em se pensando nas dificuldades políticas enfrentadas hoje no âmbito da União Europeia. Antes ainda da formação homônima do bloco econômico, numa tentativa de sufocar quaisquer espécies de críticas inspiradas na Peregrinação, e que pudessem ser feitas ao regime salazarista, o livro não conhecera edição ao longo dos quarenta e oito anos daquele governo; o mais longo turno ditatorial europeu do século 20. Ainda a partir de Catz, é razoável pensar que as situações de denúncia presentes no livro explicam em parte as dificuldades de publicação não só nos países da Europa, a Espanha de Franco, por exemplo, como também nos da América Latina, como supomos ser o caso do Brasil.

Deste modo, trata-se de uma obra que enfrentou e ainda parece enfrentar dificuldades de publicização e circulação. Ora, a despeito desse cenário, a discussão deve ser colocada neste pé: a Peregrinação é um corpo literário de reconhecido apelo humanístico e disponível dentre a estrutura de conhecimento que, em sendo histórica, faz parte de um repertório cumulativo e/ou científico que de todos é de direito conhecer. Até para “cercar” a discussão

num espaço de apreciação deixado claro na pesquisa, tratou-se de como aquele item, parte integrante do conhecimento humano, pode ser acessado a partir do campo prático da vida dos alunos em contexto contemporâneo. Quer se dizer que, em se tratando do país em que vivemos, não nos prega peças o tema pluralidade cultural. Municiados pelas aventuras e desventuras do peregrino, tantas são as personagens e grupos contatados - a diversidade humana em carne e osso - que a descoberta do outro oriental revela infindáveis motivos de aula. Ora, a escola é um espaço de diversidade. Espécie de microcosmo do social, ela reflete uma série de questões que rebatem no comportamento e nas ações dos alunos.

Dessa forma, temas como preconceito racial, identidade étnica e desigualdade social não são apenas abstrações tratadas às páginas dos livros. Na escola eles podem aparecer nas formas do conflito entre alunos, pais de alunos, professores e direção. Por vezes, atravessam o entorno e ganham o ambiente amplo. Mas a boa notícia é que a escola pode “tomar para si” cada um desses contundentes temas sociais e projetar cenários que problematizem a diversidade. Nesse intento, o ensino de História tem muito a dizer, porque não lhe faltam elementos para contrapor diferentes tempos históricos àqueles vividos pelos alunos. Se de tal modo acontece, num esquema de transversalidade, que vai além das fontes habituais do historiador, começa-se a pôr em perspectiva “a expressão de preconceitos e como eles surgem ou podem ser amenizados em diversos instantes da História” (FREITAS NETO, 2004, p. 70).

Evidente que a discussão da alteridade em Mendes Pinto passa a ser uma das infinitas possibilidades de interface entre o imediato e o pretérito. A partir desses tempos distintos, passa haver o pretexto para discutir a “diferença” também sob a ótica dos alunos – agora, sim, “produtores de sentidos” desta e outras tantas discussões que se façam necessárias. Sobre tal perspectiva, acessar o conhecimento historicamente consolidado do local para o universal, é tido hoje como uma das possibilidades que mais frequentemente vem à tona quando o assunto é “acordar” o estudante para uma escola que supostamente perdeu sentido frente às transformações deste tempo. Ora, sabemos que os atores que fazem parte das bancas escolares têm experimentado um amplo processo de questionamento das práticas de ensino e aprendizagem. As propostas de renovação quase sempre partem de um eixo comum: a aproximação entre o conhecimento formal e a necessidade que os alunos têm de acessá-lo a partir de uma auto-significação, ou seja, a capacidade de ressignificar conteúdos a partir de elementos constitutivos do local e daí para aspectos mais gerais da cultura humana (FREITAS NETO, 2004). Há nessa proposição a capacidade de reconhecer que informações mobilizar e que possam transcender da gramatura tradicional dos currículos.

Consequentemente, assume-se como legítimo um conhecimento que circula nos espaços onde se desenvolve a vida da comunidade e que, como dissemos, pode ser sintetizado na ideia de auto-significação: o ânimo para a desmistificação do sacralizado, do construído, do monolítico, do tudo tido por definitivo. Mais uma vez, pelos elementos e temas que dispõe, e pela forma como os traz, Peregrinação colabora para desmistificações em campos relevantes do estudo da História, como a política e as relações estabelecidas entre o igual e o diferente, entre o conhecido e o estrangeiro. Sobre este ponto, e a partir do educador José Alves de Freitas Neto (2004), vê-se o quanto o livro pode ser importante para refletir situações de diversidade cultural e/ou étnica encontradas na forma do conflito no interior dos espaços escolares e/ou fora deles. Ainda nessa proposição, Freitas Neto escreve sobre a importância da *transversalidade* na prática diária do professor. O conceito traduz a ideia de que se acessa, produz e se distribui conhecimento a partir dos espaços onde residem e interagem os sujeitos produtores da vida social, coisa que aqui chamamos de história local. Nas palavras do próprio educador, a transversalidade possibilita aos especialistas das diversas áreas de ensino aproximar conteúdos tidos como na maioria das vezes “espinhosos” em algo que faça sentido aos alunos, “tratando de temas e questões que ultrapassam o conteúdo programático, por meio dos temas transversais (FREITAS NETO, 2004, p. 66).

Uma crítica comum é que se tem pensado a História Local somente como uma prática voltada para o umbigo da comunidade. O universal é sempre posto como incômodo, ou seja, o conteúdo inflexível que se quer evitar a todo custo: quando o professor não aproxima sua disciplina e sua respectiva grade curricular à realidade do aluno e para a sua capacidade de compreender o mundo ao seu redor. Nessa perspectiva, a história local deve estar conectada ao que chamamos de “conteúdos universais”, ou seja, que elementos estão presentes na comunidade e na vida dos alunos que dialogam com aquele programa de ensino que muitos tendem a encarar como imutável? Partindo do universal, ou vice-versa, como poderíamos chegar aos aspectos mais gerais do cotidiano da comunidade, da escola, dos alunos?

Ressalte-se que este tipo de discussão é um dos reflexos dos inúmeros debates que ocorrem no interior das chamadas teorias do currículo e suas representatividades na Educação. A título de síntese, vale dizer que a questão central de qualquer teoria do currículo é a de saber qual conhecimento deve ser ensinado e se este é validado pelos diversos agentes do social, como os governos, as igrejas e as instituições em geral. Tal proposição remete a um amplo campo de investigação que segundo um dos autores retomados (SILVA, 2000) deve levar em conta a natureza da aprendizagem, do conhecimento, da cultura e da sociedade.

Dessa forma, no processo de pesquisa e suas aplicações posteriores, enfatiza-se um ou outro desses elementos, mas sempre o currículo será o resultado de uma seleção. Este, portanto, o ponto central da discussão.

Como dito, acessar o conjunto do conhecimento por nós produzido e sistematizado, tendo como ponto de partida o meio em que o aluno vive, talvez esteja em acordo a uma asserção de um dos expoentes desse tipo de discussão, o educador francês Jean-Claude Forquin. Este autor defende, por exemplo, que o sistema de ensino “não pode mais ignorar os aspectos contextuais da cultura [...] mas deve se esforçar por privilegiar o que há [...] de mais incontestável e, por conseguinte, de menos cultural, no sentido sociológico do termo, nas manifestações da cultura humana (FORQUIN, 2000, p. 16). Ora, no que diz respeito à renovação do ensino escolar, o que se tem proposto, mesmo num plano institucional de maior abrangência (vide PCNs), é a prática da transversalidade (FREITAS NETO, 2004).

A partir daí, espera-se que se promova a ligação entre saberes locais articulados com os universais. Contudo, ajuíza o educador Tomaz Tadeu da Silva, a questão do *poder* na representação física do currículo não pode passar despercebida. Não há enunciação que não esteja impregnada de um discurso de poder. Certos valores e/ou saberes postos como universais refletem sempre a posição de alguém. Há aqui a atitude privilegiada do locutor em relação ao interlocutor, quase sempre passivo frente a aquele que professa uma *fé*. O resultado é o de que “essa posição é sempre enunciativa, isto é, ela depende da posição de quem a afirma, de quem a anuncia. A questão do universalismo e do relativismo deixa, assim, de ser epistemológica para ser política” (SILVA, 2004, p. 90). É por esse motivo que Silva propõe confrontar Forquin a partir de uma inversão de perspectiva. A questão não é privilegiar “o que há de mais fundamental, o que é mais universal” (FORQUIN, 2000, p. 16) para se ensinar, mas “como se definem universais? Quem está nesta posição de defini-los? Nessa perspectiva, os universais não são a solução, mas o problema [...] são universais os saberes daquele que anuncia, daquele que pronuncia o universalismo” (SILVA, 2000, p. 7).

Deste modo, no âmbito dos estudos curriculares, angústias desse tipo puderam ser formuladas na seguinte questão: ensinar o universal significa ter que abrir mão de abordagens mais locais ou vice-versa? Pode-se argumentar que livros didáticos são quase sempre oficiais, ou seja, que estejam a serviço de uma História institucionalizada. Em se pensando na Peregrinação de Fernão Mendes Pinto, inseri-la ali supostamente atentaria contra interesses religiosos, políticos e fundacionais em geral. Mas hoje tal ideia deixa de ser uma verdade por inteiro. Basta observar como livros didáticos e paradidáticos têm absorvido conceitos e

reflexões da produção historiográfica contemporânea, quase sempre crítica a um modo de descrição que intenta apenas os feitos do Estado e seus personagens. Estes, em regra, tidos pelo *establishment* como os mais relevantes à “nossa história”. Não é difícil “levantar” livros didáticos que abordem noções como “História do cotidiano”, por exemplo.

Ressalte-se, porém, o fato de que a maioria dos livros escolares ainda deixa muito a desejar no que diz respeito às abordagens ali propostas, amarradas que estão numa concepção tradicional do ensino de História. Deste modo, além de se fazer uso dos temas transversais como forma de ultrapassar o conteúdo programático tradicional (FREITAS NETO, 2004), sobrepor-se também significa conectar ao que chamamos de história local os construtos universais disponíveis, ou seja, o conjunto de saberes que compõe o patrimônio cultural da humanidade. Assim, livros, fontes documentais, museus, casas de cultura, arquivos públicos, sítios arqueológicos e históricos, espaços urbanos e rurais, pessoas, pesquisas universitárias (caso nosso) e outros tantos incorporam saberes que potencializam abordagens disciplinares locais e universais capazes de colocar em suspeição currículos previamente selecionados e, quase sempre, fruto de intencionalidades institucionais.

Portanto, inserir a Peregrinação como fonte válida para o estudo de História no ensino básico e superior significa possibilitar ao professor e alunos acessar mais um item do *saber* que, se fundamentado numa série de construtos da História ocidental, tem ao menos o mérito moderno e contemporâneo de colocar tais valores em suspensão, pois é aquela voz uma crítica dos modos operantes da empresa europeia de “maquinação de mundo” (GUATTARI, 1992). Voz que – é de se pensar – incomoda ainda hoje. E até pelo conteúdo auscultado, fica-se com a impressão de estar ali, no ruído daquela voz, um dos motivos à ausência dilatada da Peregrinação entre nós brasileiros. Vale dizer, quase quatrocentos anos de espera numa nação que foi o último império das Américas. A última por aqui a abolir a escravidão (mácula que não cicatriza) e, hoje, regime republicano de maior presença econômica ao Sul do continente, bem como a maior comunidade católica das Américas e do mundo. Conjunturas que falam por si, dão, igualmente, pistas dos motivos pelos quais Fernão Mendes Pinto supostamente demorou a pôr os pés nas terras do Brasil. Ora, aqui, e muito modestamente, pudemos aventar alguns deles, mas certamente já estão a exigir mergulhos mais profundos, pois, neste quesito, neste artigo, certamente ficamos à superfície. Dessa forma, uma vez mais lançar-se ao pélagos se faz necessário. Eis mais um motivo para ficarmos à companhia do peregrino numa próxima viagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado da pesquisa foi o de inserir Fernão Mendes Pinto e sua Peregrinação como fonte primária valiosa para o estudo de História no ensino básico brasileiro. Dada a extensão e complexidade, não se teve a pretensão de apontá-la integralmente. Então, a opção foi a de sinalizar possibilidades de “entradas” que sirvam de inspiração aos professores/as que desejem acessar aquele emaranhado de mundos: Ásia e Europa/ Europa e Ásia se redesenhando nas mais de mil páginas da Peregrinação. Também tivemos como resultado da pesquisa a produção de uma mídia pensada a partir do conteúdo da dissertação e que, dado o caráter de apresentação da personagem e sua única obra, servirá como material extra a ser eventualmente utilizado em sala de aula. Trata-se de um Objeto de Aprendizagem (DVD), ou seja, um material para potencializar a exposição do professor/a sobre o tema tratado – nesse caso, as peregrinações de Fernão Mendes Pinto às terras da Ásia. A inspiração para a produção do OA é uma série de entrevistas fictícias produzidas pelos estúdios da rádio e TV Excelsior do Rio de Janeiro/RJ, nos anos 70 – Grupo Rádio Mayrink Veiga. Ali, o jornalista e radialista Flávio Cavalcante (1923-1986) entrevistara personagens de “nossa História”, como Tiradentes, por exemplo, com depoimentos “reais” de suas vidas. Fizemos o mesmo. Entrevistamos Fernão Mendes Pinto para saber “dele mesmo”, ficcionalmente, como foi “peregrinar” nos litorais asiáticos no século de expansões extraordinárias que foi o século 16.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, para fora dos círculos acadêmicos ou mesmo para dentro deles, Fernão Mendes Pinto é praticamente um incógnito, ou para usar uma expressão manifesta, um “ilustre desconhecido”. Apresentá-lo aos professores/as foi o mote primordial da pesquisa. E, se assim o foi, deve-se muito a ausência da personagem, *o peregrino*, nas indicações bibliográficas de nossos livros didáticos de História. Se a Peregrinação não aparece naquele lugar, certamente nós – os historiadores – deixamos de lê-la e pesquisá-la suficientemente.

Em parte, ou em grande medida, tal ordem de coisas explica o porquê de não toparmos com Mendes Pinto e sua *odisseia* nas prateleiras de nossas escolas. Sobre os motivos desta tão notória ausência, fizemos aqui uma inflexão. Aventamos a possibilidade de o peregrino não frequentar as bancas escolares porque a Peregrinação sempre vem acompanhada de periclitantes ocasos editoriais. Já sabemos que aquele livro, já às primeiras linhas, traça um

retrato dos litorais asiáticos vitimados pela cobiça e vontade de poder dos portugueses e outras nações europeias. Daí decorre também uma série de críticas, contundentes ainda hoje, a uma Igreja mais preocupada em domínios territoriais do que em converter almas para a causa cristã (CATZ, 1981; BARRETO, 1998).

Em tempo, podemos encontrá-lo, o peregrino, em nossas academias. Mas não será com desejada frequência entre historiadores. Reflexo percebido inclusive na bibliografia da pesquisa, ao ponto mesmo de recorrermos aos estudiosos das Letras para começar a escrever sobre Fernão Mendes Pinto. Assim procedemos quando trouxemos Rebecca Catz (1981) a estibordo para, simplesmente, iniciar nosso trabalho. Ao fim e ao cabo, ele – o trabalho – teve apenas a preocupação legítima de inserir Fernão Mendes Pinto e sua *Peregrinação* como fonte primária valiosa para o estudo de História no ensino básico brasileiro. Dada a extensão e complexidade da *Peregrinação*, a opção foi a de “marcar”, sinalizar possibilidades de “entradas” que sirvam de inspiração aos professores/as que desejem acessar aquele emaranhado de mundos, como sinalizado, aqui, nos resultados alcançados da pesquisa. Se o livro, para quem o lê e sobre ele se debruça, parece abraçar um continente, a nós, apreciadores e interessados em geral, cabe levá-lo para frente em ao menos algumas de suas partes.

Ora, com os olhos na escola, foi o que intentamos desde o início, desde os tempos de um pré-projeto, sempre a partir de duas frentes: a abertura portuguesa para a Ásia e suas correlações com a expansão marítima em geral e também por meio das discussões em torno do fenômeno inicial da globalização (GRUZINSKI, 1999), numa clara preocupação em inserir àquele período de expansões extraordinárias, o século 16, preocupações deste tempo. Para quem mal sabia, pouco conhecia ou de ouvir falar alguma coisa sabia, a dissertação, pensamos, cumpriu apresentar a *Peregrinação* e seu autor. Mas, mais importante, para a sala de aula, para o espaço dos professores/as e dos alunos/as.

E então, à companhia do peregrino, pode-se estudar a expansão marítima portuguesa a partir de um cronista inusual que, ao contrário de tantos tão conhecidos de nós – os professores/as de História –, escreveu a partir das terras do Oriente. Intento que prossegue, com outras investidas, pesquisadores e interessados em geral a levarem a adiante o intento de nossa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luís Felipe de. A economia política dos descobrimentos. In: NOVAES, Adauto. **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BARRETO, Luís Filipe. O orientalismo conquista Portugal. In: NOVAES, Adauto. **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CATZ, Rebecca. **Fernão Mendes Pinto – Sátira e anti-cruzada na Peregrinação**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.
- FORQUIN, Jean-Claude. O currículo entre o relativismo e o universalismo. *Educação & Sociedade*, dez 2000, v. 21, nº. 73, p. 47-70.
- FREITAS NETO, José Alves de. A transversalidade e a renovação no ensino de História. In: Karnal, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 57-74.
- GIUCCI, Guillermo. **Viajantes do maravilhoso: o Novo Mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- GRUZINSKI, Serge. **A Passagem do Século: 1480-1520: as origens da globalização**. São Paulo: Cia da Letras, 1999.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paul: Ed. 34, 1992.
- LESTRINGANT, Frank. **A oficina do cosmógrafo: a imagem do mundo no Renascimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. *Alpha*, n. 14, nov. 2013, 46-62.
- PINTO, Fernão Mendes. **Peregrinação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- SILVA, Tomaz T. da. Diferença e Identidade: o currículo multiculturalista. In: **Documentos de Identidade; uma introdução às teorias do currículo – 2ª ed.**, - Belo Horizonte: Autêntica, 2004:85-90.
- SILVA, Tomaz T. da. Currículo, universalismo e relativismo: uma discussão com Jean Claude Forquin. *Educação & Sociedade*, Ano XXI, nº 73, dezembro de 2000, p. 71-78.
- ZIEBELL, Zinka. **Terra de Canibais**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.